

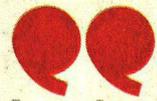
Artesãos recebem boxes

» ROBERTA MACHADO

A Coordenadoria das Cidades ignorou a recomendação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para adiar o sorteio dos boxes da nova feira da Torre de TV e fez a entrega dos espaços aos feirantes. O MPDFT avisou que ingressará com ação judicial contra o Governo do Distrito Federal, com base em diversas irregularidades identificadas no projeto e no processo de transferência para os artesãos. A coordenadoria, por sua vez, comprometeu-se a explicar ainda hoje para o MPDFT como irá sanar os problemas. Segundo a pasta, subordinada à Secretaria de Governo, a mudança apressada dos artesãos foi motivada pela necessidade de reforma imediata do monumento vizinho à feira.

O sorteio dos boxes foi determinado por decreto assinado pelo governador Agnelo Queiroz e publicado na última segunda-feira no *Diário Oficial do DF*. O documento estabelece que os feirantes que não ocuparem os novos boxes perderão o direito a um espaço na feira. Segundo o decreto, os artesãos teriam cinco dias úteis para concluir a mudança, mas o prazo foi estendido para 27 de abril, de acordo com votação dos artistas.

As chaves dos espaços da nova feira foram entregues para 540 feirantes, que lotaram o auditório do Museu Nacional à espera pela chamada dos cadastrados em ordem alfabética. Os 60 boxes restantes vão abrigar serviços à população e artesãos excluídos da lista, mas que podem conquistar o direito por meio de recurso.



A mudança do local deve obedecer a diversos critérios e o GDF não fez a alteração de forma correta, sob o fundamento de que se trata de pequenas instalações. No entanto, as instalações são grandes e a mudança altera o projeto urbanístico da capital federal"

Cátia Vergara,
promotora de Justiça do
Patrimônio Público e Social



Total de boxes distribuídos

Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press



Os feirantes têm até o dia 27 para abandonar definitivamente as velhas barracas e ocupar os novos boxes

Segundo o MPDFT, as diversas ilegalidades (veja quadro) que cercam a construção da feira impedem a transferência dos artesãos. De acordo com o documento, o custo, o projeto, a documentação, o local escolhido e até mesmo os feirantes que foram contemplados precisam ser investigados antes da ocupação do novo espaço. "A mudança do local deve obedecer a diversos critérios e o GDF não fez a alteração de forma correta, sob o fundamento de que se trata de pequenas instalações. No entanto, as instalações são grandes e a mudança altera o projeto

urbanístico da capital federal", afirmou a Cátia Vergara, promotora de Justiça do Patrimônio Público e Social.

A Coordenadoria das Cidades, porém, não interrompeu o sorteio dos boxes mesmo após o recebimento da recomendação do MPDFT. "Estamos assumindo a responsabilidade e cumprindo com o que está previsto no decreto assinado pelo governador", disse Luís Franklin de Moura, coordenador adjunto da pasta.

Para o coordenador de Cidades, Francisco Machado, a regularização do espaço pode ser feita sem prejuízo mesmo após a

mudança dos artesãos. Ele afirmou que os artistas que não têm direito a um box poderão ser retirados do local. Machado reafirmou que o mais importante era retirar os feirantes da área da Torre de TV. "Há risco de vida. Temos de fazer uma reforma e as obras de acessibilidade entre a torre e a feira permanente. Por isso, entendemos que o mais razoável seria dar continuidade ao sorteio dos boxes", explicou. A reforma do monumento deverá ser concluída em um ano. Está estimado em 10 meses o prazo para as instalações de escadarias de acesso e elevadores.

» Irregularidades

» Entre as denúncias do Ministério Público, a recomendação é contrária à entrega dos boxes sem a prévia expedição do Termo de Permissão de Uso Qualificado. Para receber as chaves, os feirantes apenas preencheram e assinaram um Termo de Compromisso Precário. No decreto assinado pelo governador, a entrega do termo de permissão está prevista somente para três meses depois da ocupação dos boxes.

» MPDFT também alerta para o descumprimento da Lei nº 1.328, de 1996, que estabelece que a Feira de Artesanato de Brasília deve ocupar o mesmo espaço da área da Torre de Televisão. De acordo com a recomendação do órgão, área contígua ao monumento exige processo de desafetação para que possa ser ocupada. Segundo o Ministério Público, o processo não teria sido feito, contrariando o tombamento da cidade como patrimônio histórico.

» O projeto também passou por diversas mudanças desde a aprovação, e agora contraria as especificações do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional e do próprio arquiteto responsável pelo projeto. Segundo o MPDFT, o governo construiu no Eixo Monumental estruturas de grande porte, o que transformaria a feira livre em permanente — o Iphan acatou somente a construção de instalações de pequeno porte. Além de todas as irregularidades denunciadas pelo Ministério Público, o valor inicial — R\$ 14,97 milhões — ficou 25% mais caro. O custo final superou R\$ 18 milhões.